14/09/2020

Número: 0601342-90.2020.6.00.0000

Classe: **PETIÇÃO**

Órgão julgador colegiado: Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral

Órgão julgador: Ministro Presidente Luís Roberto Barroso

Última distribuição: 01/09/2020

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Partido Político - Órgão de Direção Nacional, Requerimento

Segredo de justiça? NÃO
Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) - NACIONAL (REQUERENTE)	EDILENE LOBO (ADVOGADO)
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

	Documentos			
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	
39861 888	31/08/2020 20:04	Informa critérios FEFC	Petição Inicial	

Petição e documentos anexos.





Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Ministro Luís Roberto Barroso

Informa definição de critérios de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC Eleições 2020

PARTIDO DOS TRABALHADORES, Diretório Nacional, inscrito no CNPJ sob o nº 00.676.262/0001-70, com endereço no Setor Comercial Sul – Quadra 02 Bloco C nº 256, Edifício Toufic, 1º andar, CEP 70302-000, Brasília/DF, representado pela sua Presidenta, DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN, RG nº 3996866-5 SSP/PR, CPF 676.770.619-15, por sua procuradora (DOC. 1), apoiado na Lei nº 9.504/97 e Resolução nº 23.605/2019-TSE, com os ajustes efetuados pela EC 107/2020, vem informar e ao final requerer o que segue.

O ora requerente, consoante disposições legais, deliberou por meio de sua Instância Máxima, o Diretório Nacional, acerca dos critérios para distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, para as eleições 2020, atendendo aos requisitos legais, fixando valores absolutos e seus correspondentes percentuais, conforme comprova a ata anexa (DOC. 2 e 2.1).

Referida reunião foi realizada em 31/07/2020, por meio de videoconferência, consoante disposição expressa no art. 1°, § 3°, III, da EC 107/2020, na qual, submetida a proposta de resolução anexa, ela "restou aprovada por maioria absoluta dos membros do Diretório Nacional, incluindo a Executiva".

Constou da deliberação, ainda, que "para atendimento ao disposto pela Resolução do T.S.E., foi autorizado à Presidente Nacional do PT e Secretária Nacional de Finanças, que



promovessem a condução necessária perante a Justiça Eleitoral, podendo extrair e assinar todo e qualquer documento" para o fim legal.

Observa-se que está claramente assegurada a reserva do mínimo de 30% (trinta por cento) do total recebido pelo FEFC para o financiamento da campanha das mulheres, conforme expressamente destacado na resolução derivada da deliberação ora comunicada, que recebeu o número 13/2020, sem descuidar da proporcionalidade estampada no § 1º do art. 6º da Resolução nº 23.605/2019-TSE (DOC. 3).

O requerente promoveu ampla divulgação dos critérios fixados, igualmente na forma do § 3° do art. 6° da Resolução n° 23.605/2019-TSE, fazendo-o por meio de sua página na internet (disponível em: https://pt.org.br/resolucao-do-diretorio-nacional-do-partido-dos-trabalhadores/) (DOC. 4).

Cumprindo o *iter* legal, o requerente informa os dados bancários para depósito das quantias pertinentes: Conta Corrente nº 8.546-4, na Agência 3344-8, no Banco do Brasil, conforme contrato anexo (DOC. 5), apresentando, ainda, os relatórios confirmadores das assinaturas lançadas (DOC. 6 e 6.1).

Pelo exposto, requer:

a) recebimento e processamento da presente petição, declarando o cumprimento dos requisitos legais para fixação dos critérios de distribuição do FEFC, pelo requerente;

b) na sequência, a transferência dos recursos do FEFC para a Conta Bancária nº 8.546-4, Agência 3344-8, Banco do Brasil;

c) ultimadas as providências, com eventuais intimações/comunicações pelo email juridico@edilenobo.adv.br, que sejam arquivados os autos, com procedência do pedido, *ad cautelam* pugnando por juntada de eventuais documentos novos e/ou requeridos pelos órgãos pertinentes desse Tribunal.

P. deferimento.

Brasília, 31 de agosto de 2020.

Edilene Lôbo

OABMG 74.557

PROCURAÇÃO

particular de mandato. **PARTIDO** DOS Pelo presente instrumento TRABALHADRES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.676.262/0001-70, com sede no Setor Comercial Sul - Quadra 02 Bloco C nº 256, Edifício Toufic, 1º andar, CEP 70302-000 - Brasília/DF, neste ato representado pela sua Presidenta GLEISI HELENA HOFFMANN, brasileira, divorciada, Deputada Federral (PT/PR), RG nº 3996866-5 SSP/PR, CPF sob nº 676.770.619-15, nomeia e constitui seus procuradores a advogada EDILENE LÔBO, inscrita na OAB/MG sob o nº 74.557, com endereço profissional na Avenida do Contorno, 7218, sala 1404, Bairro Lourdes, Belo Horizonte / MG, CEP 30.140-048, outorgando-lhe poderes da cláusula ad juditia para o fim de peticionar ao Tribunal Superior Eleitoral informando os critérios de distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC e requerer disponibilização dos recursos pertinentes, podendo promover todos os atos para o fiel cumprimento deste mandato, podendo recorrer e substabelecer.

Brasília, 25 de agosto de 2020.

GLEISI HELENA HOFFMANN

PARTIDO DOS TRABALHADORES



Ata da Reunião do Diretório Nacional do Partido Dos Trabalhadores-PT

Aos trinta e um dias do mês julho do ano de 2020 (31.07.2020), na forma de videoconferência através da plataforma ZOOM, reuniram-se às 10:00hs através do link: https://zoom.us/i/92096417827?pwd=c0JGT29UQ21ZVkFWbEVDd1h5TWFiZz09 ID da reunião: 920 9641 7827 - os membros e observadores do Diretório Nacional do PT, identificados através da lista anexa, para discutir e deliberar a respeito do seguinte: 1) Critérios de distribuição dos recursos do Fundo Especial para Financiamento de Campanha – FEFC, de acordo com a Resolução nº 23.605/2019, do Tribunal Superior Eleitoral. A Presidente da legenda, Gleisi Helena Hoffmann, após saudar os presentes e observar o quórum necessário, abriu os trabalhos e passou a palavra a Secretária Nacional de Finanças e Planejamento, Gleide Andrade de Oliveira, que apresentou aos companheiros e companheiras, a proposta de divisão dos recursos do fundo eleitoral, fruto do diálogo de diversas forças políticas, incluindo secretaria setoriais e diretórios estaduais. Encerrada a apresentação, foi aberta a palavra aos membros do Diretório, para esclarecimentos e análise de outras propostas que foram depositadas. Concluídas as intervenções e as deliberações realizadas, a Secretária Nacional de Finanças e Planejamento esclareceu as dúvidas dos membros e submeteu a votação a proposta de resolução anexa, que restou aprovada por maioria absoluta dos membros do Diretório Nacional, incluindo a Executiva. Na mesma ocasião e para atendimento ao disposto pela Resolução do T.S.E., foi autorizado à Presidente Nacional do PT e Secretária Nacional de Finanças, que promovessem a condução necessária perante a Justiça Eleitoral, podendo extrair e assinar todo e qualquer documento. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e assinada por mim: Gleide Andrade de Oliveira, que secretariei a reunião, e pela Presidente Nacional Gleisi Helena Hoffmann, que a presidiu.

GLEISI HELENA HOFFMANN:67677 HOFFMANN:67677061915

Assinado de forma digital por Dados: 2020.08.18 17:45:34 -03'00'

GLEISI HELENA HOFFMANN

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Assinado de forma digital por GLEIDE ANDRADE DE GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA:82359059653 OLIVEIRA:82359059653 Dados: 2020.08.18 14:44:34 -03'00'

GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA

Secretária Nacional de Finanças e Planejamento.



Resolução nº.....

A presente Resolução tem como objetivo estabelecer os critérios para distribuição e utilização dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC para as Eleições Municipais de 2020.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores - DN, nos termos da Lei nº 9.504/97, da Resolução nº 23.607/2019-TSE e do seu Estatuto, resolve:

Art. 1º Os critérios estabelecidos na presente Resolução para a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC seguirão os dispositivos da Lei nº 9.504/97 e da Resolução nº 23.607/19-TSE, assim como de outras novas deliberações da instância nacional, que se fizerem indispensáveis para solução de casos omissos.

Art. 2º Será reservado percentual para despesas de apoio às campanhas municipais, correspondente a 13% do FEFC, sendo 3,9% provenientes do Fundo de Mulheres, destinado à estrutura coletiva (propaganda no rádio, na TV e mídias sociais, realização de pesquisas eleitorais e deslocamento de pessoal).

§1º A finalidade da estrutura coletiva é garantir otimização dos recursos, qualidade das peças divulgadas, organização da estratégia local e manutenção do vínculo nacional.

§2º Todas as despesas da estrutura coletiva serão realizadas em proveito das campanhas municipais e a elas atribuídas por meio de doações estimáveis em dinheiro.

Art. 3º Será reservado o equivalente a 9% do FEFC para financiamento do 2º turno, sendo 2,7% provenientes do Fundo de Mulheres.

Art. 4º Será reservado o equivalente a 3% do FEFC para suplementação dos recursos

das candidaturas indicadas pelas Secretarias Setoriais com assento na CEN/DN, que serão

repassados aos Diretórios Estaduais - DE somente depois de aprovada a proposta de

distribuição.

Parágrafo único. Caberá às Secretarias Setoriais apresentar a proposta de distribuição

à Comissão Executiva Nacional, que decidirá em definitivo.

Art. 5º Todas as candidaturas a Prefeito/a pelo Partido dos Trabalhadores, sob gestão

da instância nacional, receberão recursos do FEFC.

Art. 6º O Partido dos Trabalhadores não destinará recursos diretamente a candidaturas

de outros partidos.

Parágrafo único. Quando o Partido dos Trabalhadores estiver apoiando candidaturas

a Prefeito/a de outro partido, o Comitê Gestor Nacional definirá sobre eventual repasse à

candidatura a Vice-Prefeito/a, se for do Partido dos Trabalhadores, ou às candidaturas

proporcionais.

Art. 7º A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores instituirá o

Comitê Gestor Nacional, composto por integrantes definidos pela Comissão Executiva

Nacional, pelos Líderes das bancadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados e pela

Secretaria Nacional de Mulheres.

Art. 8º Compete ao Comitê Gestor Nacional definir a distribuição dos recursos do

FEFC nas capitais e, no caso das candidaturas femininas, a definição dos valores aplicáveis

nas campanhas municipais com 2º turno.

§1º Nas capitais, a definição dos valores para distribuição às campanhas proporcionais

ficará sob a responsabilidade dos respectivos Diretórios Municipais.

§2º No processo de definição dos valores das campanhas municipais sob

responsabilidade da instância nacional, as direções estaduais e as Secretarias Setoriais

Nacionais deverão ser ouvidas pelo Comitê Gestor Nacional.

Art. 9º As Comissões Executivas Estaduais instituirão Comitês Gestores Estaduais

compostos por integrantes definidos pela respectiva Comissão Executiva Estadual, tendo por

base o Grupo de Trabalho Eleitoral Estadual, sendo garantida a participação dos Líderes das

Bancadas nas Assembleias Legislativas, assim como de representação dos Deputados Federais

pelo Estado, dos Senadores e das Secretárias Estaduais de Mulheres.

Art. 10 Compete ao Comitê Gestor Estadual a definição dos valores a serem

distribuídos para as demais campanhas municipais, priorizando municípios com 2º turno;

presença de estação geradora de TV; Candidaturas com alta competitividade; e Candidaturas

à reeleição.

§1º No processo de definição dos valores dos municípios sob gestão das instâncias

estaduais, as Secretarias Setoriais Estaduais deverão ser ouvidas pelos Comitês Gestores

Estaduais.

§2º No processo de definição dos valores dos municípios acima de 200 mil eleitores,

excetuando-se as candidaturas femininas, a direção nacional deverá ser previamente

ouvida pelos respectivos Comitês Gestores Estaduais.

§3º Para definição dos recursos em cidades que o Partido dos Trabalhadores terá

candidatura própria, os Comitês Gestores deverão ouvir os Deputados Estaduais e

Federais mais votados nessas cidades.

Art. 11 Os Comitês Gestores Estaduais observarão a data limite de 28/08/2020 para

definição do valor do piso em cada Estado, comunicando à Secretaria Nacional de Finanças e

Planejamento, para os devidos registros.

Art. 12 Caberá aos Diretórios Estaduais repassar os recursos às campanhas municipais.

Art. 13 Os recursos serão distribuídos de acordo com a tabela constante no Anexo I

desta Resolução

Art. 14 Com relação ao Fundo de Mulheres, excetuando os recursos destinados ao 2º

turno, estrutura coletiva e suplementação para as Secretarias Setoriais, os 22,5% restantes serão

distribuídos aos Diretórios Estaduais da seguinte forma:

I - 40% proporcional ao eleitorado do Estado;

II - 35% proporcional à votação do PT para deputado federal no Estado no ano de 2018.

§1º As capitais e os municípios com 2º turno serão agrupados sob responsabilidade da

Direção Nacional, até o fechamento da lista pela Justiça Eleitoral, quando os recursos

serão repassados aos respectivos Estados.

§2º Os recursos do Fundo de Mulheres em todos os níveis deverão ser depositados e

manejados em contas bancárias próprias, apartados dos demais recursos, com

acompanhamento de todos os órgãos partidários.

§3º Os valores do Fundo de Mulheres correspondentes a cada Estado estão estabelecidos

na tabela constante no Anexo II desta resolução.

Art. 15 Excetuando recursos de mulheres, 2º turno, estrutura coletiva e suplementação

para as Secretarias Setoriais, os 52,5% restantes dos recursos do FEFC serão distribuídos aos

Diretórios Estaduais da seguinte forma:



I - 40% proporcional ao eleitorado do Estado.

II- 35% proporcional à votação do PT para deputado federal no Estado no ano de 2018.

§1º As capitais serão agrupadas sob responsabilidade da Direção Nacional.

§2º Os valores correspondentes a cada Estado estão relacionados na tabela constante no Anexo III desta resolução.

Art. 16 Casos omissos ou advindos de novas deliberações da Justiça Eleitoral serão resolvidos pela Comissão Executiva Nacional.

Brasília, 31 de julho de 2020 Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores



ANEXO I

DESCRIÇÃO	MULHERES	VALOR
ESTRUTURA COLETIVA	3,9%	7.850.603
2º TURNO	2,7%	5.435.033
SECRETARIAS SETORIAIS	0,9%	1.811.678
ESTADOS E MUNICÍPIOS	22,5%	45.291.941
TOTAL	30,0%	60.389.255

DESCRIÇÃO	DEMAIS	VALOR
ESTRUTURA COLETIVA	9,1%	18.318.074
2º TURNO	6,3%	12.681.744
SECRETARIAS SETORIAIS	2,1%	4.227.248
ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,5%	105.681.196
TOTAL	70,0%	140.908.262

TOTAL	100%	201.297.517
	200,0	



ANEXO II

BLOCO	ELEITORES	DEP FED	% FEFC	VALOR
CAP	4,577%	3,844%	8,42%	16.951.612
AC	0,025%	0,023%	0,05%	95.387
AL	0,132%	0,056%	0,19%	378.604
AM	0,095%	0,069%	0,16%	329.243
AP	0,018%	0,006%	0,02%	48.548
BA	0,679%	1,083%	1,76%	3.546.431
CE	0,367%	0,373%	0,74%	1.490.284
ES	0,134%	0,061%	0,20%	392.653
GO	0,248%	0,091%	0,34%	682.842
MA	0,329%	0,162%	0,49%	988.916
MG	0,926%	1,066%	1,99%	4.008.894
MS	0,107%	0,117%	0,22%	450.169
MT	0,157%	0,075%	0,23%	466.709
PA	0,340%	0,362%	0,70%	1.414.867
PB	0,175%	0,098%	0,27%	549.266
PE	0,340%	0,247%	0,59%	1.181.477
PI	0,154%	0,344%	0,50%	1.001.872
PR	0,461%	0,396%	0,86%	1.725.804
RJ	0,306%	0,076%	0,38%	770.630
RN	0,153%	0,194%	0,35%	698.224
RO	0,070%	0,011%	0,08%	162.917
RR	0,010%	0,001%	0,01%	21.447
RS	0,512%	0,622%	1,13%	2.282.600
SC	0,341%	0,309%	0,65%	1.308.423
SE	0,098%	0,105%	0,20%	408.714
SP	1,177%	0,670%	1,85%	3.716.748
то	0,069%	0,039%	0,11%	218.660
TOTAL	12,00%	10,50%	22,5%	45.291.941



ANEXO III

BLOCO	ELEITORES	DEP FED	% FEFC	VALOR
CAP	6,175%	5,243%	11,42%	22.984.064
AC	0,058%	0,053%	0,11%	222.569
AL	0,308%	0,131%	0,44%	883.409
AM	0,222%	0,160%	0,38%	768.233
AP	0,042%	0,014%	0,06%	113.278
BA	1,703%	2,818%	4,52%	9.099.895
CE	0,898%	0,911%	1,81%	3.641.836
ES	0,484%	0,302%	0,79%	1.583.828
GO	0,688%	0,285%	0,97%	1.958.593
MA	0,768%	0,378%	1,15%	2.307.470
MG	2,640%	3,007%	5,65%	11.367.932
MS	0,250%	0,272%	0,52%	1.050.395
MT	0,367%	0,174%	0,54%	1.088.988
PA	0,899%	0,893%	1,79%	3.606.673
PB	0,463%	0,248%	0,71%	1.431.576
PE	1,055%	0,812%	1,87%	3.758.109
PI	0,359%	0,802%	1,16%	2.337.701
PR	1,288%	1,069%	2,36%	4.744.476
RJ	1,439%	0,404%	1,84%	3.710.206
RN	0,357%	0,452%	0,81%	1.629.189
RO	0,162%	0,027%	0,19%	380.140
RR	0,024%	0,001%	0,02%	50.044
RS	1,390%	1,692%	3,08%	6.203.172
SC	0,918%	0,798%	1,72%	3.453.873
SE	0,228%	0,246%	0,47%	953.667
SP	4,653%	3,217%	7,87%	15.841.676
то	0,162%	0,092%	0,25%	510.206
TOTAL	28,00%	24,50%	52,5%	105.681.196

Brasília, 31 de julho de 2020 Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores



REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. DATA: 31.07.2020. Plataforma virtual Zoom. Link de Acesso: https://zoom.us/j/92096417827?pwd=c0JGT29UQ21ZVkFWbEVDd1h5TWFiZz09 ID da reunião: 920 9641 7827. Lista de Presença dos membros efetivos e suplentes

MEMBROS DO DN 2020/2024 COM DIREITO A VOTO				
N°	NOME	N°	NOME	
1	ALBERTO LOPES CANTALICE	24	JOSÉ CARLOS NUNES	
2	ANNE KAROLYNE MOURA DE SOUZA	25	JOSÉ GERALDO TORRES DA SILVA	
3	BENEDITA DA SILVA SAMPAIO	26	JOSE INACIO SODRE RODRIGUES	
4	CAMILA MARIA MORENO DA SILVA	27	JOSÉ NOBRE GUIMARÃES	
5	CARLOS MAGNO SUBSTITUI JILMAR TATTO	28	JOSÉ ROBERTO RIBEIRO FORZANI	
6	CARLOS PESTANA, SUBSTITUI RAUL PONT	29	JUAREZ BARROSO FERREIRA	
7	CICERA NUNES DA CRUZ	30	JULIANA CARDOSO	
8	CICERO VILAMIL BALESTRO	31	JULIO QUADROS	
9	CRICIELLE AGUIAR MUNIZ	32	KARINE BATISTI COLLELO	
10	EDJANE RODRIGUES SILVA	33	KÁTIA LIANA MORAES GUIMARÃES	
11	ELEN DA SILVA COUTINHO	34	LAIS FERNANDES ALMEIDA	
12	ENIO JOSÉ VERRI	35	LILIANE DA SILVEIRA ARAUJO	
13	ERIC SOUSA MOURA	36	LOURIVAL CASULA FILHO	
14	ERISVALDO FERREIRA DE JESUS	37	LUANA DE LIMA SOUZA	
15	EVERALDO ANUNCIACAO FARIAS	38	LUDMILLA LIMA BARRETO	
16	FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA	39	LUIZ CARLOS CAETANO	
17	GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA	40	LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH	
18	GLEISI HELENA HOFFMANN	41	LUIZ HENRIQUE SILVA DE SOUSA	
19	HUMBERTO SERGIO COSTA LIMA	42	LUIZ INACIO LULA DA SILVA	
20	IDELI SALVATTI	43	LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA	
21	JANDYRA UEHARA	44	LUIZ SOARES DULCI	
22	JOAQUIM CALHEIROS SORIANO	45	LUNA ZARATTINI BRANDÃO	
23	JOSE CARLOS BECKER OLIVEIRA E SILVA	46	MARCIO COSTA MACEDO	



REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. DATA: 31.07.2020. **Plataforma** virtual Zoom. Link de Acesso: https://zoom.us/j/92096417827?pwd=c0JGT29UQ21ZVkFWbEVDd1h5TWFiZz09 ID da reunião: 920 9641 7827. Lista de Presença dos membros efetivos e suplentes

	MEMBROS DO DN 2020/2024 COM DIREITO A VOTO				
Nº	NOME	N°	NOME		
47	MARIA APARECIDA DE JESUS	72	PAULO FERNANDO DOS SANTOS		
48	maria de Jesus S. Lima	73	PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA, SUBSTITUI RICARDO FERRO		
49	maria do rosario nunes	74	RAIMUNDO MARTINS PEREIRA		
50	MARIA EMILIA SEDEH BOITO	75	renato simões		
51	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE SOUSA	76	ROGERIO CARVALHO SANTOS		
52	maria regina sousa	77	ROMÊNIO PEREIRA		
53	MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES	78	rosa neide s. almeida		
54	MARIA TERESA LEITÃO DE MELO	79	ROSANE SILVA		
55	MARIANA CERGOLI JANEIRO	80	RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO		
56	MARIANA RODRIGUES DA SILVA BATISTA	81	SARA GABRIELA PRADO MERCES LAZARO		
57	MARKUS SOKOL	82	SEBASTIAO SIBA MACHADO OLIVEIRA		
58	MARTVS DAS CHAGAS SUBSTITUI REGINALDO LOPES	83	SERGIO ALBERTO DA SILVA		
59	MISIARA CRISTINA OLIVEIRA	84	Sheila maria assis de Oliveira		
60	MITCHELE MEIRA, SUBSTITUI LUIZIANNE LINS	85	SILVIA ALINE SOARES DE SOUZA		
61	MOARA CORREA SABOIA	86	SONIA SOUZA DO NASCIMENTO BRAGA		
62	MOEMA GRAMACHO	87	TIAGO SOARES DE OLIVEIRA		
63	MONICA VALENTE	88	VAGNER FREITAS DE MORAES		
64	NATALIA DE SENA ALVES	89	VALTER VENTURA DA ROCHA POMAR		
65	ODAIR CUNHA	90	VERA LUCIA DA CRUZ BARBOSA		
66	OSCAR PAES BARRETO NETO	91	VILSON AUGUSTO DE OLIVEIRA		
67	PAOLLA CATHERINE DOS SANTOS MIGUEL AGARD	92	VITOR FERREIRA QUARENTA		
68	PATRICIA CARLA DE MELO	93	WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA		
69	PATRICIA CARLOS DE SOUSA	94	ZULEIDE MACCARI, SUBSTITUI JUVANDIA LEITE		
70	PATRICK CAMPOS ARAUJO				
71	PAULO CAYRES, SUBSTITUI DEDÉ TEIXEIRA				

GLEISI HELENA HOFFMANN:67677061915 HOFFMANN:67677061915

Assinado de forma digital por GLEISI HELENA Dados: 2020.08.18 17:47:21 -03'00'

GLEIDE ANDRADE DE

Assinado de forma digital por GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA:82359059653
Dados: 2020.08.18 14:48:45 -03'00'

GLEISI HELENA HOFFMANN

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.

GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA Secretária Nacional de Finanças e Planejamento.

2



Resolução PT/DN nº13/2020

A presente Resolução tem como objetivo estabelecer os critérios para distribuição e utilização dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC para as Eleições Municipais de 2020.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores - DN, nos termos da Lei nº 9.504/97, da Resolução nº 23.607/2019-TSE e do seu Estatuto, resolve:

Art. 1º Os critérios estabelecidos na presente Resolução para a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC seguirão os dispositivos da Lei nº 9.504/97 e da Resolução nº 23.607/19-TSE, assim como de outras novas deliberações da instância nacional, que se fizerem indispensáveis para solução de casos omissos.

Art. 2º Será reservado percentual para despesas de apoio às campanhas municipais, correspondente a 13% do FEFC, sendo 3,9% provenientes do Fundo de Mulheres, destinado à estrutura coletiva (propaganda no rádio, na TV e mídias sociais, realização de pesquisas eleitorais e deslocamento de pessoal).

§1º A finalidade da estrutura coletiva é garantir otimização dos recursos, qualidade das peças divulgadas, organização da estratégia local e manutenção do vínculo nacional.

§2º Todas as despesas da estrutura coletiva serão realizadas em proveito das campanhas municipais e a elas atribuídas por meio de doações estimáveis em dinheiro.

Art. 3º Será reservado o equivalente a 9% do FEFC para financiamento do 2º turno, sendo 2,7% provenientes do Fundo de Mulheres.

Art. 4º Será reservado o equivalente a 3% do FEFC para suplementação dos recursos

das candidaturas indicadas pelas Secretarias Setoriais com assento na CEN/DN, que serão

repassados aos Diretórios Estaduais - DE somente depois de aprovada a proposta de

distribuição.

Parágrafo único. Caberá às Secretarias Setoriais apresentar a proposta de distribuição

à Comissão Executiva Nacional, que decidirá em definitivo.

Art. 5º Todas as candidaturas a Prefeito/a pelo Partido dos Trabalhadores, sob gestão

da instância nacional, receberão recursos do FEFC.

Art. 6º O Partido dos Trabalhadores não destinará recursos diretamente a candidaturas

de outros partidos.

Parágrafo único. Quando o Partido dos Trabalhadores estiver apoiando candidaturas

a Prefeito/a de outro partido, o Comitê Gestor Nacional definirá sobre eventual repasse à

candidatura a Vice-Prefeito/a, se for do Partido dos Trabalhadores, ou às candidaturas

proporcionais.

Art. 7º A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores instituirá o

Comitê Gestor Nacional, composto por integrantes definidos pela Comissão Executiva

Nacional, pelos Líderes das bancadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados e pela

Secretaria Nacional de Mulheres.

Art. 8º Compete ao Comitê Gestor Nacional definir a distribuição dos recursos do

FEFC nas capitais e, no caso das candidaturas femininas, a definição dos valores aplicáveis

nas campanhas municipais com 2º turno.

§1º Nas capitais, a definição dos valores para distribuição às campanhas proporcionais

ficará sob a responsabilidade dos respectivos Diretórios Municipais.

§2º No processo de definição dos valores das campanhas municipais sob

responsabilidade da instância nacional, as direções estaduais e as Secretarias Setoriais

Nacionais deverão ser ouvidas pelo Comitê Gestor Nacional.

Art. 9º As Comissões Executivas Estaduais instituirão Comitês Gestores Estaduais

compostos por integrantes definidos pela respectiva Comissão Executiva Estadual, tendo por

base o Grupo de Trabalho Eleitoral Estadual, sendo garantida a participação dos Líderes das

Bancadas nas Assembleias Legislativas, assim como de representação dos Deputados Federais

pelo Estado, dos Senadores e das Secretárias Estaduais de Mulheres.

Art. 10 Compete ao Comitê Gestor Estadual a definição dos valores a serem

distribuídos para as demais campanhas municipais, priorizando municípios com 2º turno;

presença de estação geradora de TV; Candidaturas com alta competitividade; e Candidaturas

à reeleição.

§1º No processo de definição dos valores dos municípios sob gestão das instâncias

estaduais, as Secretarias Setoriais Estaduais deverão ser ouvidas pelos Comitês Gestores

Estaduais.

§2º No processo de definição dos valores dos municípios acima de 200 mil eleitores,

excetuando-se as candidaturas femininas, a direção nacional deverá ser previamente

ouvida pelos respectivos Comitês Gestores Estaduais.

§3º Para definição dos recursos em cidades que o Partido dos Trabalhadores terá

candidatura própria, os Comitês Gestores deverão ouvir os Deputados Estaduais e

Federais mais votados nessas cidades.

Art. 11 Os Comitês Gestores Estaduais observarão a data limite de 28/08/2020 para

definição do valor do piso em cada Estado, comunicando à Secretaria Nacional de Finanças e

Planejamento, para os devidos registros.

Art. 12 Caberá aos Diretórios Estaduais repassar os recursos às campanhas municipais.

Art. 13 Os recursos serão distribuídos de acordo com a tabela constante no Anexo I

desta Resolução

Art. 14 Com relação ao Fundo de Mulheres, excetuando os recursos destinados ao 2º

turno, estrutura coletiva e suplementação para as Secretarias Setoriais, os 22,5% restantes serão

distribuídos aos Diretórios Estaduais da seguinte forma:

I - 40% proporcional ao eleitorado do Estado;

II - 35% proporcional à votação do PT para deputado federal no Estado no ano de 2018.

§1º As capitais e os municípios com 2º turno serão agrupados sob responsabilidade da

Direção Nacional, até o fechamento da lista pela Justiça Eleitoral, quando os recursos

serão repassados aos respectivos Estados.

§2º Os recursos do Fundo de Mulheres em todos os níveis deverão ser depositados e

manejados em contas bancárias próprias, apartados dos demais recursos, com

acompanhamento de todos os órgãos partidários.

§3º Os valores do Fundo de Mulheres correspondentes a cada Estado estão estabelecidos

na tabela constante no Anexo II desta resolução.

Art. 15 Excetuando recursos de mulheres, 2º turno, estrutura coletiva e suplementação

para as Secretarias Setoriais, os 52,5% restantes dos recursos do FEFC serão distribuídos aos

Diretórios Estaduais da seguinte forma:



- I 40% proporcional ao eleitorado do Estado.
- II- 35% proporcional à votação do PT para deputado federal no Estado no ano de 2018.
- §1º As capitais serão agrupadas sob responsabilidade da Direção Nacional.
- **§2º** Os valores correspondentes a cada Estado estão relacionados na tabela constante no Anexo III desta resolução.
- **Art. 16** Casos omissos ou advindos de novas deliberações da Justiça Eleitoral serão resolvidos pela Comissão Executiva Nacional.

Brasília, 31 de julho de 2020 Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores



ANEXO I

DESCRIÇÃO	MULHERES	VALOR
ESTRUTURA COLETIVA	3,9%	7.850.603
2º TURNO	2,7%	5.435.033
SECRETARIAS SETORIAIS	0,9%	1.811.678
ESTADOS E MUNICÍPIOS	22,5%	45.291.941
TOTAL	30,0%	60.389.255

DESCRIÇÃO	DEMAIS	VALOR
ESTRUTURA COLETIVA	9,1%	18.318.074
2º TURNO	6,3%	12.681.744
SECRETARIAS SETORIAIS	2,1%	4.227.248
ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,5%	105.681.196
TOTAL	70,0%	140.908.262

TOTAL	100%	201.297.517
-------	------	-------------



ANEXO II

BLOCO	ELEITORES	DEP FED	% FEFC	VALOR
CAP	4,577%	3,844%	8,42%	16.951.612
AC	0,025%	0,023%	0,05%	95.387
AL	0,132%	0,056%	0,19%	378.604
AM	0,095%	0,069%	0,16%	329.243
AP	0,018%	0,006%	0,02%	48.548
BA	0,679%	1,083%	1,76%	3.546.431
CE	0,367%	0,373%	0,74%	1.490.284
ES	0,134%	0,061%	0,20%	392.653
GO	0,248%	0,091%	0,34%	682.842
MA	0,329%	0,162%	0,49%	988.916
MG	0,926%	1,066%	1,99%	4.008.894
MS	0,107%	0,117%	0,22%	450.169
MT	0,157%	0,075%	0,23%	466.709
PA	0,340%	0,362%	0,70%	1.414.867
PB	0,175%	0,098%	0,27%	549.266
PE	0,340%	0,247%	0,59%	1.181.477
PI	0,154%	0,344%	0,50%	1.001.872
PR	0,461%	0,396%	0,86%	1.725.804
RJ	0,306%	0,076%	0,38%	770.630
RN	0,153%	0,194%	0,35%	698.224
RO	0,070%	0,011%	0,08%	162.917
RR	0,010%	0,001%	0,01%	21.447
RS	0,512%	0,622%	1,13%	2.282.600
SC	0,341%	0,309%	0,65%	1.308.423
SE	0,098%	0,105%	0,20%	408.714
SP	1,177%	0,670%	1,85%	3.716.748
то	0,069%	0,039%	0,11%	218.660
TOTAL	12,00%	10,50%	22,5%	45.291.941



ANEXO III

BLOCO	ELEITORES	DEP FED	% FEFC	VALOR
CAP	6,175%	5,243%	11,42%	22.984.064
AC	0,058%	0,053%	0,11%	222.569
AL	0,308%	0,131%	0,44%	883.409
AM	0,222%	0,160%	0,38%	768.233
AP	0,042%	0,014%	0,06%	113.278
BA	1,703%	2,818%	4,52%	9.099.895
CE	0,898%	0,911%	1,81%	3.641.836
ES	0,484%	0,302%	0,79%	1.583.828
GO	0,688%	0,285%	0,97%	1.958.593
MA	0,768%	0,378%	1,15%	2.307.470
MG	2,640%	3,007%	5,65%	11.367.932
MS	0,250%	0,272%	0,52%	1.050.395
MT	0,367%	0,174%	0,54%	1.088.988
PA	0,899%	0,893%	1,79%	3.606.673
PB	0,463%	0,248%	0,71%	1.431.576
PE	1,055%	0,812%	1,87%	3.758.109
PI	0,359%	0,802%	1,16%	2.337.701
PR	1,288%	1,069%	2,36%	4.744.476
RJ	1,439%	0,404%	1,84%	3.710.206
RN	0,357%	0,452%	0,81%	1.629.189
RO	0,162%	0,027%	0,19%	380.140
RR	0,024%	0,001%	0,02%	50.044
RS	1,390%	1,692%	3,08%	6.203.172
SC	0,918%	0,798%	1,72%	3.453.873
SE	0,228%	0,246%	0,47%	953.667
SP	4,653%	3,217%	7,87%	15.841.676
то	0,162%	0,092%	0,25%	510.206
TOTAL	28,00%	24,50%	52,5%	105.681.196

Brasília, 31 de julho de 2020 Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores



ARTIGOS

BRASIL

MÍDIA

MOV. SOCIAIS

ECONOMIA



Resolução do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Resolução PT/DN nº13/2020_{© 22/08/2020 12h40}



Resolução PT/DN nº13/2020

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores – DN, nos termos da Lei nº 9.504/97, da Resolução nº 23.607/2019- TSE e do seu Estatuto, resolve:

Art. 1º Os critérios estabelecidos na presente Resolução para a distribuição dos recursos do Fundo Especia Financiamento de Campanha – FEFC seguirão os dispositivos da Lei nº 9.504/97 e da Resolução nº 23.607, TSE, assim como de outras novas deliberações da instância nacional, que se fizerem indispensáveis para so de casos omissos.

Art. 2º Será reservado percentual para despesas de apoio às campanhas municipais, correspondente a 13% FEFC, sendo 3,9% provenientes do Fundo de Mulheres, destinado à estrutura coletiva (propaganda no rádio, e mídias sociais, realização de pesquisas eleitorais e deslocamento de pessoal).



ARTIGOS

BRASIL

MÍDIA

MOV. SOCIAIS

ECONOMIA

§2º Todas as despesas da estrutura coletiva serão realizadas em proveito das campanhas municipais e a e atribuídas por meio de doações estimáveis em dinheiro.

Art. 3º Será reservado o equivalente a 9% do FEFC para financiamento do 2º turno, sendo 2,7% provenientes Fundo de Mulheres.

Art. 4º Será reservado o equivalente a 3% do FEFC para suplementação dos recursos das candidaturas indic pelas Secretarias Setoriais com assento na CEN/DN, que serão repassados aos Diretórios Estaduais – DE somente depois de aprovada a proposta de distribuição.

Parágrafo único. Caberá às Secretarias Setoriais apresentar a proposta de distribuição à Comissão Executiv Nacional, que decidirá em definitivo.

Art. 5º Todas as candidaturas a Prefeito/a pelo Partido dos Trabalhadores, sob gestão da instância naciona receberão recursos do FEFC.

Art. 6º O Partido dos Trabalhadores não destinará recursos diretamente a candidaturas de outros partidos.

Parágrafo único. Quando o Partido dos Trabalhadores estiver apoiando candidaturas a Prefeito/a de outro partido, o Comitê Gestor Nacional definirá sobre eventual repasse à candidatura a Vice-Prefeito/a, se for do Partido dos Trabalhadores, ou às candidaturas proporcionais.

Art. 7º A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores instituirá o Comitê Gestor Nacional, composto por integrantes definidos pela Comissão Executiva Nacional, pelos Líderes das bancadas no Sena Federal e na Câmara dos Deputados e pela Secretaria Nacional de Mulheres.

Art. 8º Compete ao Comitê Gestor Nacional definir a distribuição dos recursos do FEFC nas capitais e, no ca das candidaturas femininas, a definição dos valores aplicáveis nas campanhas municipais com 2º turno.

§1º Nas capitais, a definição dos valores para distribuição às campanhas proporcionais ficará sob a responsabilidade dos respectivos Diretórios Municipais.

§2º No processo de definição dos valores das campanhas municipais sob responsabilidade da instância na as direções estaduais e as Secretarias Setoriais Nacionais deverão ser ouvidas pelo Comitê Gestor Naciona

Art. 9º As Comissões Executivas Estaduais instituirão Comitês Gestores Estaduais compostos por integrandefinidos pela respectiva Comissão Executiva Estadual, tendo por base o Grupo de Trabalho Eleitoral Estadus sendo garantida a participação dos Líderes das Bancadas nas Assembleias Legislativas, assim como de representação dos Deputados Federais pelo Estado, dos Senadores e das Secretárias Estaduais de Mulhere

Art. 10 Compete ao Comitê Gestor Estadual a definição dos valores a serem distribuídos para as demais campanhas municipais, priorizando municípios com 2º turno; presença de estação geradora de TV; Candida com alta competitividade; e Candidaturas à reeleição.



ARTIGOS

BRASIL

MÍDIA

MOV. SOCIAIS

ECONOMIA

- **§2º** No processo de definição dos valores dos municípios acima de 200 mil eleitores, excetuando-se as candidaturas femininas, a direção nacional deverá ser previamente ouvida pelos respectivos Comitês Gesto Estaduais.
- §3º Para definição dos recursos em cidades que o Partido dos Trabalhadores terá candidatura própria, os Comitês Gestores deverão ouvir os Deputados Estaduais e Federais mais votados nessas cidades.
- **Art. 11** Os Comitês Gestores Estaduais observarão a data limite de 28/08/2020 para definição do valor do p em cada Estado, comunicando à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, para os devidos registros
- Art. 12 Caberá aos Diretórios Estaduais repassar os recursos às campanhas municipais.
- Art. 13 Os recursos serão distribuídos de acordo com a tabela constante no Anexo I desta Resolução
- **Art. 14** Com relação ao Fundo de Mulheres, excetuando os recursos destinados ao 2º turno, estrutura coleti suplementação para as Secretarias Setoriais, os 22,5% restantes serão distribuídos aos Diretórios Estaduais seguinte forma:
- I 40% proporcional ao eleitorado do Estado;
- II 35% proporcional à votação do PT para deputado federal no Estado no ano de 2018.
- §1º As capitais e os municípios com 2º turno serão agrupados sob responsabilidade da Direção Nacional, a fechamento da lista pela Justiça Eleitoral, quando os recursos serão repassados aos respectivos Estados.
- §2º Os recursos do Fundo de Mulheres em todos os níveis deverão ser depositados e manejados em contas bancárias próprias, apartados dos demais recursos, com acompanhamento de todos os órgãos partidários.
- §3º Os valores do Fundo de Mulheres correspondentes a cada Estado estão estabelecidos na tabela consta Anexo II desta resolução.
- **Art. 15** Excetuando recursos de mulheres, 2º turno, estrutura coletiva e suplementação para as Secretarias Setoriais, os 52,5% restantes dos recursos do FEFC serão distribuídos aos Diretórios Estaduais da seguinte
- I 40% proporcional ao eleitorado do Estado.
- II- 35% proporcional à votação do PT para deputado federal no Estado no ano de 2018.
- §1º As capitais serão agrupadas sob responsabilidade da Direção Nacional.
- **§2º** Os valores correspondentes a cada Estado estão relacionados na tabela constante no Anexo III desta resolução.
- **Art. 16** Casos omissos ou advindos de novas deliberações da **Justiça Eleitoral** serão resolvidos pela Comiss Executiva Nacional.



ARTIGOS

BRASIL

MÍDIA

MOV. SOCIAIS

ECONOMIA

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

Brasília, 31 de julho de 2020

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Leia o documento em PDF

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

PARTIDO DOS TRABALHADORES

RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Seja Companheiro * DOE AQUI

VEJA TAMBÉM -



PT: Volta às aulas impõe debate, planejamento e medidas sanitárias adequadas

24 de agosto de 2020



Basta de violência 17 de agosto de 2020



PT repudia violência policial contra assentamento em MG

14 de agosto de 2020



PT: Em defesa direito de grev emprego e da

1 de agosto de 2



ARTIGOS

BRASIL

MÍDIA

MOV. SOCIAIS

ECONOMIA

Estrutura Partidária Comissão Executiva Nacional Diretório Nacional Secretarias e Setoriais Diretórios Estaduais Diretórios Estaduais Downloads e Materiais de Divulgação Ouça! Jingles Históricos do PT

O conteúdo deste site é licenciado sob a CC-Attribution 3.0 Brazil, exceto quando especificado em

VOLTAR AO TOPO



<u>INÍCIO</u> <u>TERMOS DE USO</u> <u>F.A.Q.</u>

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura <u>aprovado</u>, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação 27/08/2020 08:42:35 BRT

Versão do software 2.5.4

Nome do arquivo Ata Fefc Versao Resumida_assinada.pdf

▼ Assinatura por CN=GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA:82359059653, OU=Certificado PF A3, OU=24783329000134, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinaturaAprovadoCaminho de certificaçãoAprovado

Estrutura da assinatura Em conformidade com o padrão

Cifra assimétricaAprovadaResumo criptográficoCorretoAtributos obrigatóriosAprovados

▼ Caminho de certificação

▼ CN=GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA:82359059653, OU=Certificado PF A3, OU=24783329000134, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC

Emissor SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora

Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

Aprovado a partir de 15/06/2020 12:38:16 BRT **Aprovado até** 04/06/2021 14:09:00 BRT

▼ CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC SOLUTI, OU=Autoridade

Emissor Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-

Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 05/12/2012 06:50:39 BRST

 Aprovado até
 20/06/2023 20:58:59 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

Data de publicação 27/08/2020 05:35:31 BRT

Emissor

▼ CN=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz

Brasileira v2, OU=Instituto Nacional de

Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-

Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 03/12/2012 10:39:13 BRST

 Aprovado até
 20/06/2023 20:59:59 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 04/08/2020 15:50:59 BRT

 Próxima atualização
 18/09/2020 15:50:59 BRT

▼ CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz

Emissor

Brasileira v2, OU=Instituto Nacional de

Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-

Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 21/06/2010 16:04:57 BRT

 Aprovado até
 21/06/2023 16:04:57 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 15/07/2020 11:29:11 BRT

 Próxima atualização
 13/10/2020 11:29:11 BRT

▼ Atributos

▼ Atributos obrigatórios

IdContentTypeAprovadoIdMessageDigestAprovado

Atributos opcionais

RevocationInfoArchival Não verificado

▼ Assinatura por CN=GLEISI HELENA HOFFMANN:67677061915, OU=21746969000186, OU=AR PREMIER, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinaturaAprovadoCaminho de certificaçãoAprovado

Estrutura da assinatura Em conformidade com o padrão

Cifra assimétricaAprovadaResumo criptográficoCorreto

▼ Caminho de certificação

▼ CN=GLEISI HELENA HOFFMANN:67677061915, OU=21746969000186, OU=AR PREMIER, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da

Emissor Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-

Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 22/04/2019 18:13:26 BRT

 Aprovado até
 22/04/2022 18:13:26 BRT

▼ CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC Secretaria da Receita Federal do

Emissor Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora

Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 05/05/2017 15:06:38 BRT

 Aprovado até
 20/02/2029 15:06:38 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 27/08/2020 07:55:19 BRT

 Próxima atualização
 27/08/2020 08:55:19 BRT

▼ CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz

Emissor

Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de

Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-

Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 20/07/2016 10:32:04 BRT

 Aprovado até
 02/03/2029 09:00:04 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Emissor

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 28/07/2020 15:12:51 BRT

 Próxima atualização
 26/10/2020 15:12:51 BRT

▼ CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz

Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de

Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-

Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada

Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 02/03/2016 10:01:38 BRT

 Aprovado até
 02/03/2029 20:59:38 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada Obtida Offline

 Data de publicação
 15/07/2020 11:31:03 BRT

 Próxima atualização
 13/10/2020 11:31:03 BRT

▼ Atributos

▼ Atributos obrigatórios

IdContentTypeAprovadoIdMessageDigestAprovado

▼ Atributos opcionais

RevocationInfoArchival Não verificado



<u>INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.</u>

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura <u>aprovado</u>, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação 31/08/2020 09:43:37 BRT

Versão do software 2.5.4

Nome do arquivo

Nominata Membros DN - 31 DE JULHO

2020_ASSINADA.pdf

▼ Assinatura por CN=GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA:82359059653, OU=Certificado PF A3, OU=24783329000134, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinaturaAprovadoCaminho de certificaçãoAprovado

Estrutura da assinatura Em conformidade com o padrão

Cifra assimétricaAprovadaResumo criptográficoCorretoAtributos obrigatóriosAprovados

▼ Caminho de certificação

▼ CN=GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA:82359059653, OU=Certificado PF A3, OU=24783329000134, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI,

Emissor OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira

v2, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

Aprovado a partir de 15/06/2020 12:38:16 BRT **Aprovado até** 04/06/2021 14:09:00 BRT

▼ CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC SOLUTI, OU=Autoridade

Emissor Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil,

C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 05/12/2012 06:50:39 BRST

 Aprovado até
 20/06/2023 20:58:59 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 31/08/2020 06:35:32 BRT

 Próxima atualização
 31/08/2020 12:35:32 BRT

31/08/2020 Verificador de Conformidade

Emissor

▼ CN=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da

Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

 Aprovado a partir de
 03/12/2012 10:39:13 BRST

 Aprovado até
 20/06/2023 20:59:59 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 04/08/2020 15:50:59 BRT

 Próxima atualização
 18/09/2020 15:50:59 BRT

▼ CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira

Emissor v2, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da

Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada
Obtido Offline

Aprovado a partir de 21/06/2010 16:04:57 BRT **Aprovado até** 21/06/2023 16:04:57 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada
Obtida Offline

 Data de publicação
 15/07/2020 11:29:11 BRT

 Próxima atualização
 13/10/2020 11:29:11 BRT

▼ Atributos

Atributos obrigatórios

IdContentTypeAprovadoIdMessageDigestAprovado

Atributos opcionais

RevocationInfoArchival Não verificado

▼ Assinatura por CN=GLEISI HELENA HOFFMANN:67677061915, OU=21746969000186, OU=AR PREMIER, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura Aprovado

Caminho de certificação Aprovado

Estrutura da assinatura Em conformidade com o padrão

Cifra assimétricaAprovadaResumo criptográficoCorretoAtributos obrigatóriosAprovados

▼ Caminho de certificação

▼ CN=GLEISI HELENA HOFFMANN:67677061915, OU=21746969000186, OU=AR PREMIER, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Verificador de Conformidade

CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, **Emissor**

C=BR

Assinatura Aprovada Obtido Offline

Aprovado a partir de 22/04/2019 18:13:26 BRT Aprovado até 22/04/2022 18:13:26 BRT

▼ CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=AC Secretaria da Receita Federal do

Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz **Emissor**

Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada Obtido Offline

Aprovado a partir de 05/05/2017 15:06:38 BRT Aprovado até 20/02/2029 15:06:38 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Aprovada Assinatura Obtida Offline

Data de publicação 31/08/2020 09:32:21 BRT Próxima atualização 31/08/2020 10:32:21 BRT

▼ CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira

v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da **Emissor**

Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Aprovada **Assinatura** Obtido Offline

Aprovado a partir de 20/07/2016 10:32:04 BRT Aprovado até 02/03/2029 09:00:04 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada Obtida Offline

Data de publicação 28/07/2020 15:12:51 BRT Próxima atualização 26/10/2020 15:12:51 BRT

▼ CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da

Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinatura Aprovada Obtido Offline

Aprovado a partir de 02/03/2016 10:01:38 BRT Aprovado até 02/03/2029 20:59:38 BRT

▼ Listas de certificados revogados

Assinatura Aprovada Obtida Offline

Data de publicação 15/07/2020 11:31:03 BRT Próxima atualização 13/10/2020 11:31:03 BRT

▼ Atributos

Emissor

▼ Atributos obrigatórios

IdContentType
Aprovado

IdMessageDigest
Aprovado

▼ Atributos opcionais
RevocationInfoArchival
Não verificado

